



RELATÓRIO E CONTAS

1º Semestre de 2026

**Montepio Multi Gestão
Mercados Emergentes**

**Fundo de Investimento
Mobiliário Aberto de Acções**

Organismo de Investimento Coletivo (OIC)

Montepio Multi Gestão Mercados Emergentes - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções

Sociedade Gestora

Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Capital Social 2.857.155 €

Nº Único de Matrícula de Pessoa Coletiva 502608722

Rua do Carmo, nº 42, 7º andar, sala D, 1200-094 Lisboa

geral@montepiogestaoactivos.pt

www.montepiogestaoactivos.pt

Índice

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento macroeconómico

Evolução da atividade

Objetivo e Política de Investimento

Rendibilidade e Risco

Ativos sob Gestão e Unidades de Participação

Comissões suportadas pelos Participantes do OIC

Proveitos, Custos e Resultado Líquido do OIC

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3. DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. RELATÓRIO DE AUDITORIA

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento macroeconómico

Economia

Economia Mundial

O primeiro semestre deste ano foi marcado por um ambiente de elevada incerteza económica e geopolítica. O crescimento mundial manteve-se moderado, mas sofreu pressão devido às tensões no Médio Oriente, que provocaram volatilidade nos preços da energia, receios inflacionistas e maior cautela por parte dos agentes económicos.

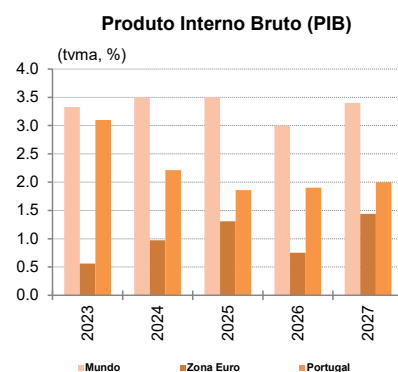
O início do conflito no Médio Oriente, a 28 de fevereiro, entre os EUA e Israel contra o Irão provocou, designadamente, o encerramento do Estreito de Ormuz, uma das mais significativas rotas marítimas do Golfo – que representa cerca de 20% do comércio mundial de petróleo –, espoletando uma crise energética global, tendo o preço do barril de brent fechado algumas sessões próximo dos \$120/barril em março e abril de 2026 (no *intraday* chegou mesmo a superar os \$120/barril). Entretanto, em meados de junho de 2026, foi assinado um memorando de entendimento entre os EUA e o Irão com vista à reabertura do estreito e a mitigar os constrangimentos à navegação registados desde finais de fevereiro.

Em simultâneo, persistiram preocupações relacionadas com barreiras comerciais, cadeias de abastecimento e níveis elevados de dívida pública em várias economias.

Contudo, apesar destes desafios, a resiliência do mercado de trabalho em muitas regiões e o forte investimento em inteligência artificial continuaram a apoiar a atividade económica e as perspetivas para a produtividade a longo prazo.

Na atualização do *World Economic Outlook* (WEO), em 9 de julho, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em baixa as suas previsões de crescimento global deste ano, de 3,1% para 3,0% (+3,5% em 2025), devido ao impacto negativo da guerra no Médio Oriente na atividade económica, embora parcialmente compensado pelo efeito positivo gerado pela Inteligência Artificial (IA).

No entanto, o FMI realçou que o impacto da guerra no Médio Oriente varia significativamente consoante o grau de exposição de cada país ao conflito e a sua posição na cadeia de valor tecnológica. Deste modo, por um lado, os países exportadores de energia fora da zona de conflito beneficiam de uma melhoria dos termos de troca, enquanto as economias integradas na recuperação liderada pela tecnologia registam uma atividade mais robusta, mesmo quando são importadoras de energia.



Fonte: Thomson Reuters, Montepio (GEEF) e FMI.

Por outro lado, e em contrapartida, a atividade económica enfraquece nos países importadores de energia com uma participação limitada na cadeia de valor tecnológica.

As perspetivas do FMI para a economia global em 2027 são mais positivas, tendo a previsão de crescimento sido revista em alta, de 3,2% para 3,4%.

Entre as principais economias avançadas, o FMI aponta para uma expansão do PIB dos EUA de 2,3% em 2026 e de 2,2% em 2027, praticamente sem alterações face às anteriores previsões de abril (de +2,3% e +2,1%, respetivamente), antecipando que a atividade económica continue a ser sustentada pela política orçamental, por condições financeiras favoráveis e pelo investimento empresarial associado às novas tecnologias, bem como pelo aumento da produtividade.

Para a Zona Euro, o FMI prevê uma descida do crescimento do PIB para 0,9% em 2026 (+1,4% em 2025), menos 0,2 pp face ao último relatório, devendo depois avançar 1,2% em 2027 (reiterando, neste caso, a anterior previsão), enquanto para o Reino Unido espera uma expansão de 1,0% em 2026 (+1,4% em 2025) e de 1,3% em 2027 (em abril previa +0,8% e também +1,3%).

Entre as economias emergentes, destaca-se a China, país para o qual o FMI projeta uma queda do crescimento do PIB, dos 5,0% observados em 2025 para 4,6% em 2026 e 4,1% em 2027 (revisto em +0,2 pp e +0,1 pp. respetivamente), com o abrandamento da economia a refletir a subida dos preços mundiais do petróleo, conjugada com a persistência da incerteza e de fatores estruturais adversos, que deverão penalizar a atividade económica.

Para a Índia, o FMI prevê agora um crescimento de 6,4% em 2026 e de 6,7% em 2027 (revisto em -0,1 pp e +0,2 pp respetivamente), prevendo para a Rússia expansões de 1,1% para 2026 e 2027 (reiterando as anteriores previsões) e, para o Brasil, de 2,4% em 2026 e 2,2% em 2027 (revisões de +0,5 pp para este ano e de +0,2 pp para o próximo).

Em termos gerais, o FMI aponta ainda para um abrandamento expressivo do crescimento do comércio mundial, passando de 5,0% em 2025 para 3,5% em 2026, devendo depois recuperar para 4,3% em 2027. Segundo o FMI, esta evolução reflete, por um lado, a antecipação de fluxos comerciais registada anteriormente e o impacto das tarifas aduaneiras e, por outro, a adaptação gradual das relações comerciais e das cadeias de produção, através do desvio e da reconfiguração das rotas comerciais, bem como do forte crescimento do comércio associado às tecnologias.

Relativamente à inflação mundial, o FMI reviu em alta a previsão para 2026, de 4,4% para 4,7% (+4,1% em 2025), e em 2027, de 3,7% para 3,9%, mas com a evolução da inflação a continuar a variar significativamente entre países, refletindo diferenças na transmissão das variações cambiais para os preços, na persistência da inflação dos serviços, nas condições dos mercados de trabalho e na crescente importância de fatores específicos de cada economia.

Economia da Zona Euro

A atividade económica na região arrancou 2026 com uma estabilização em cadeia no primeiro trimestre (+0,2% no quarto trimestre de 2025), surpreendendo pela negativa o mercado (que apontava para um crescimento de 0,2%, refletindo, designadamente, o impacto económico do conflito no Médio Oriente), como consequência, em particular, do muito fraco desempenho da economia irlandesa (contraiu 7,0% em cadeia, em resultado dos fortes acréscimos das vendas de multinacionais no final de 2024 e início de 2025). Neste sentido, o segundo trimestre do ano deverá ter ficado marcado por algum efeito de correção, com a economia da região a dever ter regressado aos crescimentos em cadeia (estimamos um crescimento em cadeia em torno de +0,2%), perspetivando-se novos crescimentos ao longo da segunda metade do ano, não obstante o contexto global ainda bastante adverso (com destaque para a situação no Médio Oriente).

Para a globalidade do ano de 2026, espera-se que a economia da Zona Euro volte a desacelerar, face à situação no Médio Oriente, com o crescimento económico a dever situar-se em 0,8% (em linha com as projeções da OCDE e do BCE, publicadas em 3 e 11 de junho, respetivamente, sendo um pouco mais desfavorável que a projeção de 0,9% da Comissão Europeia e do FMI, de 21 de maio e 8 de junho, respetivamente), após uma aceleração da atividade económica em 2025, quando o crescimento atingiu 1,3%, face a 1,0% em 2024.

O abrandamento da atividade económica deveu-se, sobretudo, ao agravamento da inflação ao longo do primeiro semestre deste ano, refletindo, numa primeira fase, o impacto direto do forte agravamento dos preços da energia decorrente da situação no Médio Oriente e, numa segunda fase, a ocorrência já de alguns efeitos de segunda ordem sobre a inflação, com os primeiros impactos a evidenciarem-se em alguns serviços (os transportes, logística, turismo, restauração e outros serviços com custos energéticos relevantes tendem a repercutir os aumentos dos combustíveis nos preços finais), bens industriais não energéticos (nomeadamente nos produtos manufaturados cujos processos produtivos dependem de eletricidade, gás ou transporte) e bens alimentares (os fertilizantes, o transporte, a refrigeração e a transformação alimentar são fortemente dependentes da energia).

Após a queda da inflação homóloga entre 2024 e 2025, de 2,4% para 1,9% e de se ter mantido abaixo do *target* do BCE nos dois primeiros meses do ano, o início do conflito militar no Irão, no final de fevereiro, suscitou um aumento imediato dos preços da energia, conduzindo ao início de uma trajetória ascendente da inflação em março, que a levaria a atingir 3,2% em maio, aliviando depois em junho e fechando o semestre nos 2,8% (com a inflação *core* em 2,4%, após ter tocado nos 2,6% em maio e fechado o ano de 2025 em 2,3%).

Consequentemente, em termos médios anuais, prevemos uma subida da inflação em 2026, dos 2,1% verificados em 2025 para 2,8% (antes do início da guerra, prevíamos 2,0%), com este agravamento a refletir a forte subida dos preços do gás natural e do petróleo resultante do conflito

militar no Médio Oriente. De notar que os riscos sobre esta projeção permanecem ascendentes, sendo que o impacto total na inflação estará dependente da duração do conflito (e, essencialmente, da interrupção da navegabilidade do Estreito de Ormuz e da destruição da capacidade produtiva de países da região).

Face ao contexto de forte agravamento da inflação (geral e subjacente), o BCE deu, como esperado, início ao ciclo de subidas das suas taxas de juro diretoras em junho de 2026, com um aumento de 25 pontos de base e com a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento (*refi rate*) e a taxa de depósitos (*deposit facility rate*) a fecharem o primeiro semestre de 2026 em 2,40% e 2,25%, respetivamente, após terem encerrado 2025 em 2,15% e 2,00%.

Economia Portuguesa

A economia portuguesa arrancou o ano de 2026 com uma estagnação em cadeia do PIB no primeiro trimestre, após o forte acréscimo de 0,9% no último trimestre de 2025, contrariando as expectativas do mercado e as indicações que tinham sido dadas pela generalidade dos dados mensais de atividade, com a economia a ser afetada pelo mau tempo observado no país entre o final de janeiro e meados de fevereiro. No segundo trimestre do ano, e não obstante o impacto desfavorável do conflito militar no Médio Oriente, a economia terá regressado aos crescimentos, estimando-se uma expansão de cerca de 0,4%.

Em termos médios anuais, depois de uma desaceleração da atividade económica no conjunto do ano de 2025, para um crescimento de 1,9% (+2,2% em 2024), perspetiva-se uma manutenção do ritmo de expansão da economia em 2026 (em +1,9%, acima das previsões de +1,6% pelo Conselho das Finanças Públicas, publicadas em 14 de abril, de +1,7% pelo FMI e pela Comissão Europeia, em 24 de junho e 21 de maio, respetivamente, de +1,8% pelo Banco de Portugal, em 15 de junho, e de +1,8% pela OCDE, em 3 de junho), mas abaixo da projeção de 2,0% pelo Governo (em abril).

Ao nível dos preços, assistiu-se também a um agravamento da inflação ao longo do primeiro semestre deste ano, refletindo os já referidos efeitos diretos e de segunda ordem do agravamento dos preços da energia na inflação. Assim, depois de ter fechado 2025 em 2,4%, a inflação homóloga (IPCH) desceu em janeiro para 1,9%, ficando marginalmente abaixo do objetivo de médio prazo do BCE (2,0%), mas regressando às acelerações no mês de fevereiro e encetando em março uma trajetória ascendente ainda mais pronunciada, que a levaria a atingir 3,3% em abril e fechando o semestre nos 3,1% (com a inflação *core* em 2,1%, após ter tocado nos 2,3% em maio e fechado o ano de 2025 em 2,4%). Em termos médios anuais, projeta-se uma aceleração em 2026, dos 2,2% verificados em 2025 para 2,8% (antes do início do conflito, prevíamos +2,0%), com este agravamento a refletir os já referidos impactos (diretos e indiretos) da forte subida dos preços do gás natural e do petróleo resultantes do conflito militar no Médio Oriente.

No mercado laboral, segundo as estimativas mensais do Instituto Nacional de Estatística (INE), observou-se uma ligeira tendência de descida da taxa de desemprego ao longo do primeiro semestre, passando dos 5,7% com que havia terminado o ano de 2025 para 5,5% em maio, embora devendo ter fechado o semestre já num nível ligeiramente acima e prevendo-se agravamentos adicionais ao longo da segunda metade do ano. Em termos anuais, perspetivamos uma taxa de desemprego de 5,9%, ligeiramente abaixo dos 6,0% observados em 2025 (6,4% em 2024).

Após a ligeira subida do excedente orçamental em 2025, de 0,6% do PIB em 2024 para 0,7%, prevemos uma deterioração das finanças públicas em 2026, para um défice orçamental de 0,3%, que contrasta com o excedente de 0,1% apresentado pelo Governo no Orçamento de Estado para 2026 e que foi reiterado (em 26 de março) na primeira notificação de 2026 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), mas estando abaixo do valor que o Ministro das Finanças assumiu, já em abril, poder vir a observar-se, ao referir que o défice não deveria superar cerca de 0,5% do PIB. Esta degradação do saldo orçamental resulta, designadamente, dos custos com as tempestades e com os apoios públicos para atenuar o impacto nas famílias e empresas do recente agravamento dos preços da energia (decorrentes do conflito no Médio Oriente).

A taxa de poupança dos particulares deverá descer em 2026, para um valor em torno de 11,7%, depois dos 12,3% registados em 2025 (12,5% em 2024), refletindo, designadamente, o abrandamento do rendimento disponível, mas também a subida da inflação, embora com a taxa de poupança a continuar em níveis historicamente elevados (sendo que a subida dos encargos com juros, devido à resposta do BCE ao aumento da inflação, também deverá implicar um aumento da “poupança forçada”).

Mercados Financeiros

No primeiro semestre de 2026, o sentimento nos mercados de ações continuou a ser globalmente positivo. Contrariamente ao esperado, os mercados demonstraram uma assinalável capacidade de adaptação face às tensões geopolíticas no Golfo Pérsico e aos riscos associados ao mercado energético, apesar de correções observadas no final do primeiro trimestre, com a recuperação subsequente a permitir que os principais índices de ações internacionais terminassem o semestre em terreno positivo.

Para o comportamento favorável do mercado de ações, contribuiu fortemente a significativa valorização de empresas do setor tecnológico ligadas à Inteligência Artificial, aumentando a preocupação dos investidores quanto à existência de uma bolha nos mercados, cuja capitalização bolsista encontra-se fortemente concentrada num número reduzido de empresas tecnológicas, as denominadas “*mega caps*”, expondo as valorizações aos riscos sobre a rentabilidade dos investimentos neste setor.

No plano geopolítico, destaque ainda para a situação política na Venezuela, para as ameaças de Donald Trump à soberania da Gronelândia e do Canadá e ao recrudescimento das tensões no sudoeste asiático entre China e Taiwan (com envolvimento de EUA e Japão). Menos evidentes são os receios quanto à guerra comercial espoletada pelo Presidente dos EUA, em abril de 2025, através do anúncio de tarifas aduaneiras. Na Europa, a guerra Ucrânia-Rússia ficou marcada pela intensificação dos confrontos, sendo infrutíferas as tentativas dos EUA de resolução do conflito pela via diplomática.

Neste contexto, durante o primeiro semestre do ano, mantiveram-se os receios de uma recessão global, devido ao aumento das pressões inflacionistas tanto na Zona Euro, como nos EUA, em resposta à crise energética global e ao aumento dos preços do brent e do gás natural. Apesar dos receios, a época de resultados do primeiro trimestre nos EUA superou as expectativas e muitas empresas apresentaram lucros acima do esperado.

Assim, as principais bolsas mundiais apresentaram comportamentos maioritariamente favoráveis no conjunto do semestre, com variações globalmente positivas nos EUA, na Europa e na América Latina, e movimentos mistos na Ásia, tendo o índice de referência MSCI mundial (*Morgan Stanley Capital International*) subido 10,4%.

Os principais índices de ações dos EUA registaram variações positivas no semestre, com o S&P 500 a avançar 9,6%, alcançando um novo máximo histórico no início de junho. O Nasdaq exibiu uma subida superior, de 12,8%, motivado pelos anúncios de grandes empresas tecnológicas, ao passo que o Dow Jones valorizou 8,9%, tendo ambos atingido máximos históricos também no início de junho de 2026.

Na Europa, o comportamento ascendente foi transversal à generalidade dos principais índices, tendo o Eurostoxx 50, o CAC40 e o DAAX subido 9,3%, 3,1% e 2,1%, respetivamente, enquanto o índice português PSI valorizou 10,5%.

Em termos setoriais na Europa (índices setoriais do Stoxx 600), destaca-se as valorizações observadas na tecnologia (+25,5%), na energia (+20,8%), nos recursos básicos (+16,1%), nas *utilities* (+14,8%), na banca (+12,5%) e nas telecomunicações (+11,4%), tendo a maior queda sido observada no setor automóvel (-18,4%).

Nos EUA, o comportamento dos índices setoriais do S&P 500 foi também maioritariamente positivo no primeiro semestre, com destaque para a indústria (+19,5%), as tecnologias de informação (+19,4%), a energia (+18,0%) e o imobiliário (+12,8%). Por outro lado, os serviços financeiros (-2,1%) e os bens de consumo (-1,1%) desvalorizaram. As *Magnificent seven* exibiram uma subida de apenas 0,1% no período, abaixo das demais ações do S&P 500 (+14,6%), após as primeiras terem avançado 22,6% em 2025, bem acima das demais ações (+13,7%) e depois de em 2024 já terem superado largamente a valorização das demais ações (+48,0% vs +14,5%).

No primeiro semestre de 2026, e com o intuito de combater as pressões inflacionistas decorrentes do impacto direto do conflito militar no Médio Oriente nos preços da energia e dos potenciais efeitos de segunda ordem sobre os preços de outros bens e serviços, iniciou-se um ciclo de subida das taxas de juro diretoras do BCE. As taxas Euribor aumentaram no semestre (+30 pp nos 3 meses, +46 pp nos 6 meses e +49 pp nos 12 meses) e fecharam, a 30 de junho, em 2,324% nos 3 meses, 2,568% nos 6 meses e 2,728% nos 12 meses.

As *yields* da dívida pública de referência europeias apresentaram comportamentos ascendentes nos prazos mais curtos ao longo do semestre, com as *yields* a 2 anos na Alemanha a avançarem 41 pb, para 2,528% (refletindo a antecipação e posterior concretização do aumento de taxas do BCE de 25 pb em junho de 2026, assim como expectativas de mais uma subida até final do ano), enquanto nos 10 anos não registaram alterações significativas, fechando o semestre em 2,860%. Nos EUA observou-se, igualmente, uma redução do declive da curva de rendimentos, com as *yields* a 2 anos a subir em 70 pb, para 4,172%, enquanto as *yields* a 10 anos avançaram 30 pb, para 4,465%.

Os *spreads* de crédito apresentaram movimentos favoráveis nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade* (o índice Itraxx Cross-Over desceu 21 pb, para os 244,6 pb, o Itraxx Financials estabilizou nos 54,4 pb e o Itraxx recuou 2 pb, para 51,6 pb).

Já os *spreads* das *yields* da dívida pública a 10 anos dos países periféricos da Zona Euro exibiram algum alargamento. As maiores subidas das *yields* foram na Grécia (+9 pb, para 68 pb) e em Portugal (+9 pb, para 38 pb), seguida de Itália (+7 pb, para 77 pb) e de Espanha (+5 pb, para 48 pb).

Os índices gerais de *commodities* registaram movimentos muito positivos, com o índice compósito CRBI (*Commodity Research Bureau Index*) a subir 18,4% e o S&P GSCI (*Goldman Sachs Commodity Index*) 12,9% (depois das variações de +0,7% e -0,2%, respetivamente, observadas em 2025), este último sendo beneficiado, designadamente, pela classe da energia (classe com maior peso no índice e que exibiram uma valorização de 25,9%), num contexto de forte aumento dos preços do Brent e do crude WTI (*West Texas Intermediate*) de 19,8% e 21,0%, respetivamente, assim como dos preços do gás na Europa, em 54,3% (após terem descido 43,4% em 2025, mas subido 56,5% em 2024), do gado (+7,7%), dos metais de base (+5,3%) e das agrícolas (+2,3%), sendo apenas penalizado pelos metais preciosos (-7,9%).

Principais Riscos e Incertezas para o 2º semestre de 2026

Ao longo da segunda metade deste ano, os principais riscos e incertezas económico-financeiros continuarão associados à evolução da inflação e das taxas de juro, ao abrandamento do crescimento económico nas principais economias mundiais, à volatilidade dos mercados financeiros e às tensões geopolíticas que podem continuar a afetar as cadeias de abastecimento e os preços da energia. Acrescem ainda os riscos relacionados com a elevada incerteza quanto

às políticas comerciais e orçamentais, bem como a possibilidade de deterioração das condições de financiamento para empresas e famílias. Estes fatores poderão condicionar o investimento, o consumo e a confiança dos agentes económicos, influenciando a situação económica e financeira das empresas e das famílias.

Em todo o caso, no âmbito da já mencionada atualização do WEO de julho, o FMI considerou que os riscos sobre as perspetivas económicas estão atualmente mais equilibrados do que aquando das suas anteriores projeções, realizadas em abril, mas continuando a apresentar-se descendentes ao nível da atividade e com o risco mais imediato para o cenário central traçado pela instituição a continuar a ser a evolução da situação no Médio Oriente. Um agravamento das tensões geopolíticas penalizaria o crescimento económico e agravaria as pressões inflacionistas, ao passo que, se a reabertura do Estreito de Ormuz ocorrer mais rapidamente do que o previsto e os preços das matérias-primas ficarem abaixo do cenário de referência, a economia mundial poderá crescer mais do que o antecipado e a inflação poderá revelar-se inferior às atuais projeções.

A atividade económica poderá também surpreender positivamente no curto prazo se o investimento de capital relacionado com a IA se mantiver excecionalmente forte ou se as condições financeiras se tornarem mais favoráveis, continuando a compensar os efeitos adversos das tensões geopolíticas, da fragmentação do comércio e da reduzida margem de manobra das políticas económicas.

Contudo, o entusiasmo em torno da IA e a exuberância dos mercados financeiros poderão, simultaneamente, lançar as sementes de instabilidade macrofinanceira. O FMI realça também o risco de as tensões comerciais poderem reacender-se – especialmente se o desvio de comércio ou desequilíbrios comerciais levarem mais economias a adotar aumentos tarifários e restrições não pautais –, prejudicando o crescimento económico.

Ao nível nacional, a economia deverá ser também condicionada pelos riscos identificados para a economia global, a que acrescem a pressão sobre a capacidade financeira das famílias continuarem a suportar níveis de taxas de juro acima dos que vigoraram até ao último ciclo de aperto da política económica (não obstante o alívio das taxas de juro observado ao longo de 2024 e da primeira metade do ano passado), bem como a sustentabilidade dos preços no mercado da habitação, que mais do que duplicaram nos últimos dez anos.

Segundo a análise do Banco de Portugal (BdP) no seu último Boletim Económico de junho, os riscos sobre a economia portuguesa também se apresentam descendentes sobre a atividade e ascendentes sobre a inflação, considerando estarem também, sobretudo, relacionados com o impacto do conflito no Médio Oriente. De acordo com o BdP, uma maior duração ou escala do conflito implicaria preços do petróleo e de outras matérias-primas superiores aos assumidos na projeção, maior disrupção das cadeias de abastecimento e aumento da volatilidade dos mercados financeiros, com impacto na confiança dos agentes económicos. Neste cenário, a

inflação seria mais elevada e o crescimento mais baixo. Outros riscos em baixa para a atividade incluem um reavivar das tensões comerciais globais e, a nível interno, uma absorção dos fundos do PRR inferior à assumida.

Existem também riscos ascendentes para a atividade associados a impactos mais positivos: *i)* dos investimentos em curso em novas tecnologias, incluindo os relacionados com a inteligência artificial e a transição energética, em particular sobre as exportações; *ii)* da implementação no médio prazo do plano Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência (PTRR); e *iii)* do aumento do investimento em defesa e infraestruturas na UE.

Para a inflação, os riscos são predominantemente em alta e, para além de uma subida mais acentuada ou persistente dos preços das matérias-primas, refletem a manutenção de pressões salariais elevadas num contexto de restritividade do mercado de trabalho.

O BdP refere ainda que, em acréscimo ao choque energético, a economia portuguesa enfrenta desafios decorrentes das tensões comerciais, das alterações demográficas e da transição tecnológica e climática. Assim, neste enquadramento, o BdP sugere que as políticas económicas devem continuar a contribuir para o reforço da resiliência e para o maior crescimento da economia, através da redução das vulnerabilidades energética e climática, da diversificação do padrão de comércio e destino das exportações e do aumento da competitividade das empresas.

Evolução da atividade

Objetivo e Política de Investimento

O Fundo Montepio Multi Gestão Mercados Emergentes - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações, doravante denominado OIC ou Montepio Multi Gestão Mercados Emergentes, iniciou a sua atividade em 8 de maio de 2006, visando a constituição de uma carteira dinâmica com investimento em OICs de ações de mercados emergentes, podendo conter também OICs de tesouraria e de obrigações, que procurará adaptar-se, em cada momento, às condições de investimento nos diferentes mercados internacionais, que terá como objetivo a maximização da rentabilidade mediante uma estratégia de investimento com os riscos inerentes às ações e aos mercados emergentes.

O OIC tem por objetivo proporcionar aos seus Participantes uma adequada valorização do capital a médio e longo prazo, numa ótica de gestão prudente, mediante a constituição de uma carteira de ativos orientada para a aquisição de UP de OICs de investimento nacionais e internacionais e selecionada de acordo com a Política de Investimentos indicada, a qual visa garantir uma adequada conjugação das variáveis rendibilidade, liquidez e risco.

O OIC detém, no mínimo, 85% do seu valor líquido global investido em UP de outros OICs, sendo o restante aplicado em meios líquidos, não investindo em OICs cuja comissão de gestão seja superior a 2,5%.

A carteira do OIC será constituída por OICs harmonizados, geridos por sociedades gestoras sediadas em Estados-Membros da União Europeia, e que obedecem à Diretiva comunitária nº 2014/65/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, bem como pelos OICs geridos pela Sociedade. O OIC investirá, preferencialmente, em OICs de capitalização, não havendo lugar à distribuição de rendimentos.

Os investimentos subjacentes a este produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Tendo em conta a Política de Investimento e o conjunto de instrumentos financeiros potenciais elegíveis nos quais o OIC pode investir, podem surgir riscos em matéria de sustentabilidade que podem causar um impacto negativo no desempenho a longo prazo. Para reduzir e mitigar tais riscos, a Montepio Gestão de Activos, entidade responsável pela gestão, toma em consideração os fatores de sustentabilidade e riscos no seu processo de tomada de decisões de investimento, avaliando e gerindo impactos negativos potenciais sobre os fatores de sustentabilidade, nos termos da sua Política de Sustentabilidade (designada pela sigla inglês de Política ESG - *Environmental, Social, and Corporate Governance*) disponível no seu sítio Internet <https://www.montepio.org/institucional/grupo-montepio/montepio-gestao-de-activos/>.

Não obstante a avaliação e gestão ativas dos riscos em matéria de sustentabilidade, o OIC não tem um objetivo explícito de investimento sustentável nem promove ativamente características ESG nos termos, respetivamente, dos artigos 9.º e 8.º do Regulamento (UE) 2019/2088 relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (“Regulamento SFDR”).

Rendibilidade e Risco

A rendibilidade efetiva do OIC no 1º semestre de 2026 foi de 23,80%, enquanto a evolução da rendibilidade e do risco nos últimos 10 anos civis foi a seguinte:

Ano	Rendibilidade	Classe de Risco	
		ISRR	ISR
2016	8,82%	Classe 6	
2017	19,66%	Classe 5	
2018	-15,35%	Classe 6	
2019	22,59%	Classe 5	
2020	7,58%	Classe 7	
2021	2,43%	Classe 5	
2022	-23,09%	Classe 6	
2023	2,86%	-	Classe 4
2024	8,15%	-	Classe 4
2025	16,00%	-	Classe 4

As rendibilidades e riscos apresentados constituem dados históricos, pelo que, representando dados passados, não constituem garantia de rendibilidade futura, na medida em que o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Os valores divulgados não têm em conta comissões de subscrição ou de resgate eventualmente devidas.

O indicador Sintético de Risco e de Remuneração¹ (ISRR) apresentado até ao ano de 2022, foi apurado de acordo com metodologias distintas das do Indicador Sumário de Risco² (ISR), apresentado na última coluna da tabela, que se passou a utilizar a partir de 2023. Os cálculos efetuados para apuramento do ISRR utilizam um histórico de 5 anos e consideram apenas o risco de mercado, enquanto o ISR efetua uma conjugação entre o risco de mercado e o risco de crédito, sendo o seu apuramento baseado no período de detenção recomendado do OIC.

A Classe de Risco indicada para o ISR (Classe 4), corresponde a uma média categoria de risco, a qual não é garantida e pode variar ao longo do tempo. Acresce, também, que a categoria de risco mais baixa não significa que se trate de um investimento isento de risco. O perfil de risco do OIC apresenta oscilações que resultam da variação dos ativos em que investe.

¹ Calculado de acordo com o Regulamento da CMVM n.º 2/2015, republicado pelo Regulamento da CMVM n.º 3/2020 e com as alterações introduzidas pelos Regulamentos da CMVM n.º 6/2020 e 9/2020.

² Calculado de acordo com o Regulamento Delegado (EU) 2017/653, da Comissão, de 8 de março.

Ativos sob Gestão, Número e Valor Unitário das Unidades de Participação

O valor total da carteira do OIC era, a 30 de junho de 2026, de 6,8 M€. O quadro seguinte apresenta o valor líquido global do Fundo (VLGF), o número de UP em circulação (# UP) e o seu valor unitário, no final de cada um dos últimos 5 anos civis.

Anos	VLGF (€)	# UP em circulação	Valor da UP (€)
2021	5 361 596,46	81 913,4910	65,4544
2022	4 045 521,46	80 361,0907	50,3418
2023	4 103 002,33	79 234,6555	51,7829
2024	4 073 467,22	72 732,9747	56,0058
2025	4 892 139,01	75 302,1314	64,9668
30/06/2026	6 842 044,40	84 565,2567	80,9085

Comissões suportadas pelos Participantes do OIC

Conforme identificado no Prospeto, não é cobrada qualquer comissão de subscrição (0%) diretamente imputável aos Participantes do OIC, sendo cobrada uma comissão de resgate de 3,12%, já incluindo imposto de selo (4%), aplicável apenas à Classe A de Unidades de Participação, no caso de resgates até 30 dias, *inclusive*; nas situações de resgates superiores a 30 dias, e no aplicável à Classe B de unidades de participação, não é cobrada qualquer comissão.

Proveitos, Custos e Resultado Líquido do OIC

O quadro seguinte apresenta os Proveitos, Custos e Resultado Líquido do OIC, nos três últimos exercícios económicos completos e em 30 de junho de 2026.

	2023	2024	2025	30/06/2026
Proveitos	1 161 515,28	1 067 206,53	1 453 087,79	2 111 230,37
Custos	1 022 823,60	749 762,46	800 852,01	862 208,14
Resultado Líquido	138 691,68	317 444,07	652 235,78	1 249 022,23

(valores em Euros)

Relativamente aos custos suportados pelo OIC, destacam-se as rubricas abaixo identificadas.

	2023	2024	2025	30/06/2026
Comissão de Gestão	22 916,45	23 205,43	24 100,60	16 017,29
Comissão de Depósito	2 153,90	2 141,78	2 225,95	1 490,34
Comissão de Comercialização	39 526,14	38 907,78	40 418,31	26 515,15
Taxa de supervisão	1 275,00	1 200,00	1 200,00	627,18
Custos de auditoria	3 444,00	3 444,00	3 444,00	1 712,54
Comissão de carteira de títulos	560,30	318,80	558,82	71,57

(valores em Euros)

Lisboa, 10 de agosto de 2026

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DEZEMBRO 2025

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO						PASSIVO				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	30-06-2026			31-12-2025		CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Períodos	
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido			30-06-2026	31-12-2025
	CARTEIRA DE TÍTULOS							CAPITAL DO OIC		
21	OBRIGAÇÕES						61	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	4 228 263.67	3 765 107.33
22	AÇÕES						62	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	(1 000 977.58)	(1 238 704.40)
23	OUTROS TÍTULOS DE CAPITAL						64	RESULTADOS TRANSITADOS	2 365 736.08	1 713 500.30
24	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	3 808 131.26	2 583 216.10		6 391 347.36	4 638 075.50	65	RESULTADOS DISTRIBUÍDOS		
25	DIREITOS									
26	OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA						66	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1 249 022.23	652 235.78
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS	3 808 131.26	2 583 216.10		6 391 347.36	4 638 075.50		TOTAL DO CAPITAL DO OIC	6 842 044.40	4 892 139.01
	OUTROS ATIVOS						48	PROVISÕES ACUMULADAS		
31	OUTROS ATIVOS						481	PROVISÕES PARA ENCARGOS		
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS							TOTAL DE PROVISÕES ACUMULADAS	0.00	0.00
	TERCEIROS							TERCEIROS		
411+...+418	CONTAS DE DEVEDORES						421	RESGATES A PAGAR AOS PARTICIPANTES	117 265.31	3 150.36
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	422	RENDIMENTOS A PAGAR AOS PARTICIPANTES		
	DISPONIBILIDADES						423	COMISSÕES A PAGAR	10 505.86	8 353.55
11	CAIXA						424+...+429	OUTRAS CONTAS DE CREDORES	104 978.29	62 520.81
12	DEPÓSITOS À ORDEM	680 759.78			680 759.78	326 133.77	43+12	EMPRESTIMOS OBTIDOS		
13	DEPÓSITOS A PRAZO E COM PRÉ-AVISO							TOTAL DOS VALORES A PAGAR	232 749.46	74 024.72
14	CERTIFICADOS DE DEPÓSITO									
18	OUTROS MEIOS MONETÁRIOS									
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	680 759.78			680 759.78	326 133.77		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						55	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS		
51	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	2 686.72			2 686.72	2 031.74	56	RECEITAS COM PROVEITO DIFERIDO		
52	DESPESAS COM CUSTO DIFERIDO						58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		77.28
58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						59	CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVAS		
59	CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVAS									
	TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	2 686.72			2 686.72	2 031.74		TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	0.00	77.28
	TOTAL DO ATIVO	4 491 577.76	2 583 216.10	0.00	7 074 793.86	4 966 241.01		TOTAL DO CAPITAL E DO PASSIVO	7 074 793.86	4 966 241.01
Total do Número de Unidades de Participação						84 565.2567	75 302.1314	Valor Unitário da Unidade de Participação	80.9085	64.9668
Abreviaturas: Mv - Mais Valias; mv - Menos Valias; P - Provisões										

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)

DIREITOS SOBRE TERCEIROS			RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Períodos		CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Períodos	
		30-06-2026	31-12-2025			30-06-2026	31-12-2025
OPERAÇÕES CAMBIAIS			OPERAÇÕES CAMBIAIS				
911	À vista		28 299.51	911	À vista		28376.79
912	A prazo (Forwards cambiais)			912	A prazo (Forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
TOTAL		0.00	28 299.51	TOTAL		0.00	28 376.79
OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO			OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO				
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
TOTAL		0.00	0.00	TOTAL		0.00	0.00
OPÇÕES SOBRE COTAÇÕES			OPÇÕES SOBRE COTAÇÕES				
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros			935	Futuros		
TOTAL		0.00	0.00	TOTAL		0.00	0.00
COMPROMISSOS DE TERCEIROS			COMPROMISSOS DE TERCEIROS				
942	Opções a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores recebidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimo de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
TOTAL		0.00	0.00	TOTAL		0.00	0.00
TOTAL DOS DIREITOS		0.00	28 299.51	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		0.00	28 376.79
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	0.00	28 376.79	99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	0.00	28 299.51

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS		Período		PROVEITOS E GANHOS		Período	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	30-06-2026	30-06-2025	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	30-06-2026	30-06-2025
CUSTOS E PERDAS CORRENTES				PROVEITOS E GANHOS CORRENTES			
JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS:				JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS:			
712+713	Da carteira de Títulos e Outros Ativos			812+813	Da carteira de Títulos e Outros Ativos		
711+714+717+718	De Operações Correntes	3.86	7.21	811+814+817+818	Outras, de Operações Correntes	187.81	7.21
719				819	De Operações Extrapatrimoniais		
COMISSÕES E TAXAS				RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS			
722+723	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	71.57	490.65	822+...+824/5	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	5 277.06	4 603.28
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	43 576.59	30 782.90	829	De Operações Extrapatrimoniais		
729	De Operações Extrapatrimoniais			GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS			
PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS				832+833+837	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	1 988 224.23	720 877.50
732+733	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	814 325.25	323 928.76	831+838	Outras, de Operações Correntes		
731+738	Outras, de Operações Correntes			839	De Operações Extrapatrimoniais	115 692.34	
739	De Operações Extrapatrimoniais	0.00	245 668.90	REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES			
IMPOSTOS				851	Provisões para encargos		
7411+7421	Imposto sobre e Rendimento						
7412+7422	Impostos Indiretos	2 159.55	1 481.66				
7418+7428	Outros Impostos						
75	PROVISÕES DO EXERCÍCIO						
751	Provisões para encargos			87	OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	1 848.93	594.15
77	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	2 071.32	2 032.77				
TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)		862 208.14	604 392.85	TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)			
781	Valores incobráveis						
782	Perdas extraordinárias			PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS			
783	Perdas imputáveis a Exercícios Anteriores			881	Recuperação de Incobráveis		
788	Outros Custos e Perdas Eventuais			882	Ganhos Extraordinários		
TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C)		0.00	0.00	883	Ganhos de Exercícios Anteriores	0.00	1 282.47
				884...888	Outros Ganhos Eventuais		
63	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO			TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)			
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)	1 249 022.23	122 971.76	66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)		
TOTAL		2 111 230.37	727 364.61	TOTAL		2 111 230.37	727 364.61
(8x2/3/4/1/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	1 179 104.47	401 061.37	D-C	Resultados Eventuais	0.00	1 282.47
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	115 692.34	(245 668.90)	B+D-A-C+74	Resultados Antes de Imposto s/o Rendimento	1 251 181.78	124 453.42
B-A	Resultados Correntes	1 249 022.23	121 689.29	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	1 249 022.23	122 971.76

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DE 2026 E 2025

(Montantes expressos em Euros)

Discriminação dos Fluxos	Período	
	De 01-01-2026 a 30-06-2026	De 01-01-2025 a 30-06-2025
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS		
Subscrição de unidades de participação	1 530 045.79	229 832.48
Comissão de resgate	1 848.93	594.15
	1 531 894.72	230 426.63
PAGAMENTOS		
Resgates de unidades de participação	715 047.68	279 161.45
	715 047.68	279 161.45
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC	816 847.04	(48 734.82)
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
RECEBIMENTOS		
Venda de títulos e outros ativos		962 255.89
Rendimento de títulos e outros ativos	4 748.73	5 015.99
	4 748.73	967 271.88
PAGAMENTOS		
Compra de títulos e outros ativos	421 871.49	766 650.04
Comissões de corretagem	112.14	471.31
Outras taxas e comissões	4.57	18.96
	421 988.20	767 140.31
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos	(417 239.47)	200 131.57
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS		
Operações Cambiais	342 417.53	1 168 207.37
	342 417.53	1 168 207.37
PAGAMENTOS		
Operações Cambiais	342 002.63	1 172 389.91
	342 002.63	1 172 389.91
Fluxo das operações a prazo e de Divisas	414.90	(4 182.54)
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS		
Juros de Depósitos Bancários	57.38	0.00
	57.38	0.00
PAGAMENTOS		
Comissão de Gestão	15 178.37	11 389.59
Comissão de Comercialização	24 692.99	18 940.84
Comissão de Depósito	1 410.41	1 050.32
Impostos e taxas	1 959.89	1 703.42
Outros pag. Operações correntes	2 212.18	2 175.28
	45 453.84	35 259.45
Fluxo das operações de Gestão Corrente	(45 396.46)	(35 259.45)
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS		
Out. Receb. Oper. Eventuais	0.00	1 764.83
	0.00	1 764.83
Fluxo de operações Eventuais	0.00	1 764.83
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período	354 626.01	113 719.59
Disponibilidades no Início do Período	326 133.77	133 159.15
Disponibilidades no Fim do Período	680 759.78	246 878.74

3. DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM

30 DE JUNHO DE 2026

(Montantes expressos em Euros - €)

INTRODUÇÃO

O Montepio Multi Gestão Mercados Emergentes - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações (OIC), iniciou a sua atividade em 8 de maio de 2006. Este OIC foi constituído por prazo indeterminado e tem por objetivo proporcionar aos seus participantes uma adequada valorização do capital a médio e longo prazo, numa ótica de gestão Mercados Emergentes, mediante a constituição de uma carteira de ativos orientada para a aquisição de unidades de participação de OICs de investimento nacionais e internacionais.

O OIC visa a constituição de uma carteira Mercados Emergentes de OICs de tesouraria, obrigações e ações, nacionais e internacionais, a partir de uma estrutura de base, que em cada momento procurará adaptar-se às condições de investimento nos diferentes mercados.

De acordo com o regulamento de gestão, os rendimentos do OIC não são distribuídos, sendo incorporados no valor da unidade de participação.

O OIC é administrado, gerido e representado pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de entidade comercializadora e de banco depositário são exercidas pela Caixa Económica Montepio Geral.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Fundos de Investimento Mobiliário. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Nota 1 - Quadro 1 – Capital do OIC

O património do OIC está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, assumindo a forma escritural, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do OIC, proporcional ao número de unidades que representam.

A qualidade de participante adquire-se mediante a subscrição e aquisição de um mínimo de unidades de participação, cujo investimento não pode ser inferior a € 10,00.

O movimento ocorrido no capital do OIC durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 apresenta o seguinte detalhe:

(Valores em €)							
Descrição	Saldo em 31/12/2025	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	Saldo em 30/06/2026
Valor base	3 765 107,33	1 022 834,31	559 677,97				4 228 263,67
Diferença p/ Valor Base	(1 238 704,40)	507 211,48	269 484,66				(1 000 977,58)
Resultados distribuídos							
Resultados acumulados	1 713 500,30				652 235,78		2 365 736,08
Resultados do período	652 235,78				(652 235,78)	1 249 022,23	1 249 022,23
	4 892 139,01	1 530 045,79	829 162,63	0,00	0,00	1 249 022,23	6 842 044,40
Nº unidades de participação	75 302,1314	20 456,6852	11 193,5599				84 565,2567
Valor da unidade de participação	64,9668	74,7944	74,0750				80,9085

Nota 1 – Quadro 2 - Número de Participantes por escalão

O número de participantes por escalões em 30 de junho de 2026 apresenta o seguinte detalhe:

Nº Participantes por escalão	
Escalões	Nº Participantes
Ups ≥ 25%	0
10% ≤ Ups < 25%	0
5% ≤ Ups < 10%	0
2% ≤ Ups < 5%	6
0,5% ≤ Ups < 2%	38
Ups < 0,5%	868

Nota 1 - Quadro 3 – Evolução do OIC

A evolução mensal do valor do OIC e do valor da unidade de participação no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 foi o seguinte:

Mês	Valor Líquido global do Fundo em €	Valor da unidade de participação em €	Nº Up's em circulação
Janeiro	5 397 733,01	70,3394	76 738,4430
Fevereiro	5 852 072,15	73,9743	79 109,5537
Março	5 134 029,49	65,9527	77 844,0931
Abril	5 919 146,22	74,3690	79 591,6134
Maio	6 570 159,25	80,9919	81 121,1742
Junho	6 842 044,40	80,9085	84 565,2567

Nota 3 - Quadro 1 - Inventário da Carteira de Títulos

A carteira de títulos em 30 de junho de 2026 tem a seguinte composição:

INVENTÁRIO DA CARTEIRA em 30 de junho de 2026

Montepio Multi Gestão Merc. Emerg.						(Valores em EURO)
Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
01 - Instr.Fin.Admitidos,em Adm. e Não Adm.PN						
01.01 - Instrumentos Financ. Adm. Negociação PN						
01.01.05 - Ups / ações de OIC que não OII (ETFs)						
XTrac MSCI EMG MRKTS	392 559	146 238.52		538 797.25		538 797.25
IShares Edge MSCI EM	306 060	342 404.04		648 464.19		648 464.19
Sub-Total:	698 619	488 642.56	0.00	1 187 261.44	0.00	1 187 261.44
01.03 - Instrumentos Financeiros Não Adm. Neg.PN						
01.03.05 - Ups / ações de OIC que não OII						
Mellon Asian €	88 285	125 182.32		213 467.43		213 467.43
HSBC GL Emerg Mkts \$	119 629	86 788.81		206 417.39		206 417.39
BGF Asian Dragon A2\$	101 336	99 347.79		200 683.38		200 683.38
BGF Emerg Mkts A2\$	272 215	218 487.78		490 702.83		490 702.83
MS Sustainabl Asian\$	121 809	157 427.51		279 236.35		279 236.35
MS Emerg Mkts \$	129 010	124 536.49		253 546.89		253 546.89
Fidelity Emerg Mkt \$	229 178	297 656.21		526 834.65		526 834.65
HSBC ASIA EXJPN ACO	186 761	59 273.45		246 034.50		246 034.50
FRANK TMP EMMKT AC €	319 528	196 927.09		516 454.62		516 454.62
BNY MELLON-BR EQ-IH€	155 996	25 113.37		181 109.50		181 109.50
FRANK-INDIA F-W H1 A	62 857	42 932.02		105 788.86		105 788.86
AMUNDI-EQ EM FCS-AEC	110 215	85 773.82		195 989.30		195 989.30
PICTET-EMERG MKT-HIE	334 951	119 258.19		454 209.43		454 209.43
PICTET-ASIA EQJP-HIE	157 884	113 277.68		271 161.60		271 161.60
Morgan ST EMERG EQA	115 477	71 743.51		187 220.48		187 220.48
Schroder ISFEmerAsia	264 074	112 854.16		376 928.38		376 928.38
Schroder ISFEmergMar	340 307	157 993.34		498 300.32		498 300.32
Sub-Total:	3 109 512	2 094 573.54	0.00	5 204 085.91	0.00	5 204 085.91
Total	3 808 131	2 583 216.10	0.00	6 391 347.35	0.00	6 391 347.35

Nota 3 - Quadro 2 - Movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 foi o seguinte:

CONTAS	(Valores em €)			
	SALDO 31/12/2025	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO 30/06/2026
Caixa				
Depósitos à ordem	326 133,77	2 180 824,86	1 826 198,85	680 759,78
Depósitos a prazo e com pré-aviso				
Certificados de depósito				
Outras contas de disponibilidades				
Total	326 133,77	2 180 824,86	1 826 198,85	680 759,78

Nota 4 – Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

1. Valorização dos ativos

1.1. Momento de referência da valorização

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

O momento do dia relevante para efeitos da valorização dos ativos que integram o património do OIC será as 17 horas de Lisboa.

O momento do dia relevante para a determinação da composição da carteira, será o mesmo do parágrafo anterior, tendo em conta todas as transações efetuadas até esse momento.

Na aferição dos pressupostos e elementos utilizados na valorização dos ativos não cotados será utilizado como período de referência o horário de funcionamento da Euronext Lisboa no dia da valorização.

1.2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP

1.2.1. Ações

O critério adotado para a valorização de ações (incluindo direitos suscetíveis de negociação) admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de fecho do respetivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

O critério adotado para a valorização de ações não cotadas (incluindo direitos suscetíveis de negociação) será, por ordem de prioridade:

- utilização do preço de fecho de mercado de ações idênticas (mesmo emitente e com os mesmos direitos e características), ajustado nos casos em que os direitos que conferem sejam diferentes (dividendo diferente no ano corrente, por exemplo) por dedução da diferença do dividendo, ou, caso não existam ações idênticas;
- utilização de modelos de avaliação universalmente aceites e utilizados, baseados na análise fundamental e assentes na metodologia dos fluxos de caixa descontados (utilização do *consensus* de estimativas do *cash flow* para os próximos dois anos e de uma estimativa para o valor residual, descontado a uma taxa que inclua o prémio de risco da empresa), ou com base em múltiplos de

mercado (múltiplo de resultados, múltiplo de *cash flow*, *dividend yield*, *price to book value*, etc.) de empresas comparáveis.

1.2.2. Obrigações

O critério adotado para a valorização de obrigações admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado, exceto na situação descrita no parágrafo seguinte, é a utilização do preço de fecho do respetivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

Na falta de condições de transparência, fiabilidade e liquidez que assegurem uma valorização adequada dos ativos cotados, o critério de valorização adotado será idêntico ao das obrigações não cotadas, conforme descrito abaixo.

O critério adotado para a valorização de obrigações não cotadas será:

- utilização de ofertas de compra difundidas para o mercado através de meios de difusão de informação financeira, preferencialmente através da Bloomberg. Prioritariamente são utilizadas as ofertas das Instituições Financeiras que funcionam como *market makers* para este tipo de ativos, podendo recorrer-se também à utilização do Bloomberg *Generic*.
- em caso de inexistência ou dificuldade de obtenção daquelas, recorrer-se-á a modelos de avaliação, ponderando nomeadamente os seguintes fatores:
 - *spreads* de emissões comparáveis nomeadamente no que respeita à qualidade creditícia do emitente, ao sector económico, à maturidade e à estrutura da emissão;
 - *spreads* históricos, com ajustamentos justificados por alterações na qualidade creditícia do emitente ou alargamento geral dos *spreads* de crédito;
 - Liquidez da emissão, tendo em conta nomeadamente a moeda denominadora da emissão, o montante emitido, o grau de reconhecimento do emitente e a estrutura da emissão;
 - Curva de taxas de juro para atualização dos *cash flows*. No caso de obrigações de taxa variável é utilizada a *discount margin* (a margem sobre o indexante base da emissão que iguala o valor presente dos *cash flows* futuros ao investimento – preço mais juros decorridos).

1.2.3. Instrumentos financeiros derivados

O critério adotado para a valorização de instrumentos financeiros derivados admitidos à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de referência, sempre que este seja divulgado pela entidade gestora do mercado ou, caso não o seja, o preço de fecho ou a cotação disponível à hora de referência.

O critério adotado para a valorização de instrumentos financeiros derivados não cotados será, para os *swaps* cambiais, utilizado como método de avaliação o modelo dos *cash flows* descontados, ponderando o diferencial da estrutura das curvas de taxas de juro das duas moedas ajustadas, por interpolação linear, às características da operação contratada.

A avaliação será feita de acordo com a informação obtida na Bloomberg (a fonte das curvas de taxas de juro é Bloomberg *standard -multiple sources*).

2. Comissões e encargos a suportar pelo OIC

2.1. Comissão de gestão

Pelos serviços prestados pela Sociedade Gestora, ao OIC será imputado diariamente uma comissão de gestão de 1,45% anual, calculada sobre o valor global do OIC, a qual lhe será cobrada mensalmente.

A comissão de gestão será parcialmente destinada à remuneração dos serviços prestados pela entidade comercializadora, sendo parte integrante da comissão de gestão. A comissão cobrada anualmente é de 0.950%, calculada diariamente e cobrada mensalmente.

2.2. Comissão de depósito

Pelo exercício das suas funções de depositário, a entidade depositária terá direito a uma comissão de depósito de 0,05% anual, calculada sobre o valor global do OIC, sendo-lhe imputado diariamente e cobrado mensalmente.

2.3. Outros encargos

As despesas relativas à compra e venda de valores por conta do OIC constituem encargos deste (designadamente comissões de corretagem, taxas de bolsa e outros encargos legais e fiscais).

É devida à CMVM uma taxa de supervisão imputada diariamente ao OIC e cobrada mensalmente.

As despesas com auditorias externas e revisores oficiais de contas, exigidas pela lei em vigor, constituem também encargos do OIC.

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do OIC.

3. Política de rendimentos

O OIC é um OIC de capitalização, isto é, não distribui rendimentos, sendo os mesmos incorporados no valor da unidade de participação.

Nota 11 – Exposição ao risco cambial

Em 30 de junho de 2026, o OIC detinha as seguintes posições em moeda estrangeira:

Moeda	Posição à vista	Futuros	Posição a prazo Forwards	Swaps	Opções	Total a prazo	Posição Global
USD Dólar americano	4 115 213,23						4 115 213,23
Contravalor em Euros	3 611 737,08						3 611 737,08

Nota 15 – Diversos custos imputados ao OIC no 1º Semestre de 2026

Os diversos custos imputados ao OIC em 30 de junho de 2026 são os seguintes:

Custos imputados ao Fundo em 30-06-2026	Valor (em Euros)	Percentagem de VLGF (1)
Comissão de Gestão	42 532,44	0,74%
Componente Fixa	42 532,44	0,74%
Componente Variável	0,00	0,00%
Comissão de Depósito	1 490,34	0,03%
Taxa de supervisão	627,18	0,01%
Custos de auditoria	1 712,54	0,03%
Imposto do selo aplicável ao Fundo	1 486,18	0,03%
Outros encargos	358,78	0,01%
Total	48 207,46	0,85%
TEC médio outros OIC's (2)		1,08%
Taxa Encargos Correntes(TEC)		1,93%

(1) Média relativa ao período de referência.

(2) Valor provisório, sujeito a alteração

Nota 17 – Outra informação relevante do OIC

O primeiro semestre deste ano foi marcado por um ambiente de elevada incerteza económica e geopolítica. O crescimento mundial manteve-se moderado, mas sofreu pressão devido às tensões no Médio Oriente com o início do conflito entre os EUA e Israel contra o Irão, que provocaram volatilidade nos preços da energia, receios inflacionistas e maior cautela por parte dos agentes económicos.

A Montepio Gestão de Activos, na qualidade de sociedade gestora do OIC, continuará a acompanhar de perto a evolução das situações indicadas, atuando, sempre que necessário, em ordem a assegurar a continuidade e saúde financeira do OIC.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora entende que as atuais circunstâncias, não põem em causa a continuidade das operações do OIC.

Dado cumprimento ao exigido do n.º 1 do art.º 93 do RGA, apresenta-se de seguida o montante de remuneração em 30 de junho de 2026 suportadas pela Montepio Gestão de Activos:

Tipo de remuneração	30-06-2026
Órgãos de Gestão	415 072,55 €
Conselho Fiscal	24 000,00 €
Colaboradores	825 194,82 €
Número de colaboradores	34

Nota: informação respeitante ao quadro de Colaboradores da Montepio Gestão de Activos.

Lisboa, 10 de agosto de 2026

4. RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Montepio Multi Gestão Mercados Emergentes - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções** (o “OIC”), gerido pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA (a “Entidade Gestora”), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2026 (que evidencia um total de 7 074 794 euros e um total de capital do OIC de 6 842 044 euros, incluindo um resultado líquido de 1 249 022 euros), a demonstração de resultados, e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as divulgações às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Montepio Multi Gestão Mercados Emergentes - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções** em 30 de junho de 2026 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário;
- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso

relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 24 de agosto de 2026

Assinado por: **ISMAEL SOARES DE MATOS TÁBOAS**

Num. de Identificação: 10625464

Data: 2026.08.24 17:34:01+01'00'



Ismael Soares de Matos Táboas
(ROC nº 1791, inscrito na CMVM sob o nº 20220045),
em representação de BDO & Associados, SROC, S.A.